

AO

ILMO. SR. PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2013

CLARO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Flórida, 1.970, Cidade Monções, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no **CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47**, autorizatória do Serviço Móvel Pessoal – SMP e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de NIRE nº. 35.300.145.801, doravante denominada simplesmente **Claro**, vem, respeitosamente por seus representantes signatários, abaixo firmados, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** ao Edital de Pregão em epígrafe, de acordo com as razões de fato adiante declinadas:

I - DA TEMPESTIVIDADE

A sessão de abertura da Concorrência Pública para a contratação do objeto do presente certame está marcada para o dia **18 de junho de 2013**. Sendo protocolado o pedido de esclarecimento, na presente data, torna-se irrefutável a sua tempestividade.

II - DO ESCLARECIMENTO

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Pretende a licitação em tela a contratação dos serviços de telefonia móvel, conforme especificações contidas no Objeto do Edital:

Do Objeto

“2.1. Contratação de empresa especializada para prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP para ligações originadas das estações móveis da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG e de empresa para prestação do serviço de acesso à Internet sem fio para computadores portáteis (notebooks), cujas especificações e quantidades se encontram indicadas no ANEXO I deste Edital.”

Contudo, o presente Edital possui algumas incorreções passíveis de esclarecimentos, senão vejamos:

1 – DA SOLICITAÇÃO DE TARIFA ZERO PARA INTRA GRUPO NACIONAL

Observe que a planilha de composição de preços solicita o serviço de tarifa zero para intra grupo nacional, porém não cota este serviço. No entanto, não apresenta a respectiva cotação na planilha formadora de preço.

Para tanto, cumpre esclarecer, que o serviço supracitado é tarifado, visto que a operadora possui um ônus para a implantação e disponibilização dos mesmos, devendo o instrumento convocatório cotá-los na planilha.

Nesse sentido, dispõe a Lei nº 8.666/93:

Artigo 7º, § 2º: “As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.”

Artigo 7º, § 4º: “É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.”

Vale lembrar que o serviço “Tarifa Zero Nacional”, que é o serviço pelo qual os usuários se comunicam entre si a custo zero através de ligações locais ou nacionais, também dispense custos à operadora, uma vez que a utilização da rede para efetuar o tráfego dessas ligações, gera a necessidade de manutenção e o consequente ônus à prestadora de serviços.

Assim, a solicitação do serviço em questão sem custo, conflita-se com as disposições do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), conforme os ditames da Resolução nº 477/2007 da Anatel, senão vejamos:

Artigo 35, § 3º: “Os preços dos serviços são livres, devendo ser justos, equânimes e não discriminatórios, podendo variar em função de características técnicas, de custos específicos e de comodidades e facilidades ofertadas aos Usuários, observado o disposto no art. 57 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações”.

Dessa forma, conclui-se que não há como a Administração utilizar o serviço em referência sem custo, uma vez que o mesmo demanda ônus para a operadora, motivo pelo qual deve estar cotados na planilha.

Pelo exposto, é medida de maior coerência e limpidez a retificação do Edital, a fim de que o serviço de Tarifa Zero Nacional seja devidamente incluído na planilha formadora de preços, com o escopo de se enquadrar nas normas da Anatel, evitando, assim, o comprometimento da lisura do certame por meio da violação ao Princípio da Vinculação do Instrumento Licitatório.

III - DO PEDIDO

Ex positis, e por tudo mais que do presente procedimento licitatório consta, espera a Licitante que sejam realizados os esclarecimentos acima solicitados, garantindo-se, assim, o respeito aos princípios insertos na Lei nº 8.666/93, na Constituição Federal e nas demais disposições normativas afetas à matéria.

Pede deferimento.

Alfenas/MG, 07 de junho de 2013.

CLARO S.A.

Cl:

CPF:

CLARO S.A.

Cl:

CPF: